

O exemplo vem de casa

Villas-Bôas Corrêa

Antes do ministro-candidato da Justiça, Oscar Dias Corrêa, sacar do bolso o lenço udenista - um tanto manchado pelo bolor do tempo mas preservado da desmoralização da legenda no desprezado escândalo da ditadura dos generais —, já o país assinalava um surto de moralismo, a pipocar aqui e acolá em episódios isolados mas caracterizando fenômeno nacional.

A falência fraudulenta do Estado —, vítima da insaciável gula empreguista paralisante que o transformou no monstro que se empanturra com tudo que arrecada e ou presta serviço de baixíssima qualidade ao público ou é rigorosamente dispensável — suscitou reação em cadeia.

Por um desses desencontros paradoxais e frequentes, a nova Constituição cumulou o funcionalismo de vantagens e direitos precisamente quando a sociedade começa a repensar a profunda injustiça que se agasalha nas dobras do empreguismo despudoroso e calhorda e que costuma justificar-se alegando o sentido social da ordenha da teta do Estado, para a alimentação da família.

O inchaço descomunal da burocracia tornou-a vulnerável. Nem as prerrogativas constitucionais, quase todas justas, deteve a onda que, por exemplo, arrebatou nas praias alagoanas. O governador Fernando Collor de Mello pode ser suspeitado de inspirar-se em manobra eleitoreira, forrando sua candidatura com a popularidade da luta contra os *marajás* e agora, na vassourada que promete atirar no lixo da inutilidade, milhares de funcionários ociosos e que emparedam a pobreza do estado no imobilismo do déficit: Alagoas, como vários estados; centenas, talvez milhares de prefeituras, não arrecada para pagar a folha do funcionalismo inflacionada pela generosidade política com o dinheiro dos outros.

Certamente que não se limpa o cisco acumulado sem levantar a poeirada de dolorosas injustiças. Mas é moralmente insustentável, qualquer que seja a argumentação invocada, um quadro como o que o Rio ainda exibe, parece que em seus estertores, com mais de 100 mil servidores em greve há 146 dias, punindo a pobreza, castigando os desvalidos que são os que mais necessitam dos deficientes préstimos do serviço de saúde municipal ou das escolas públicas.

A greve expõe a evidência das sobras empilhadas em anos de sucessivos testamentos eleitoreiros: greve de quase cinco meses de mais de 100 mil servidores da prefeitura normalmente levaria a cidade ao caos. Ora, o Rio sobreviveu: como sempre, o povo pagou a conta; para os ricos foi como se nada acontecesse.

Apertado pela cobrança da sociedade até o governo decidiu emagrecer alguns quilos. Mas seu impulso perdeu força no jogo de empurra com o Congresso e na constatação de que a tal medida provisória, para a demissão de servidores com menos de cinco anos de nomeação, foi muito mal estudada, parecendo lance teatral de tecnocratas para comover o público com a demonstração de que o governo também corta na própria enxúndia.



Ora, os muitos laços dissimulados nas medidas provisórias — e não apenas esse — pilharam o Congresso no contrapé e o estão expondo a desgaste que necessita ser contido.

A reação contra a extinção do Ministério da Reforma Agrária, por exemplo, é de um desmoralizante pitoresco. Pois então a Constituinte, composta pelos mesmos senadores de deputados que ornamentam o Congresso, primeiro decide por maioria e inclui no texto constitucional, a virtual proibição à qualquer tentativa de reforma agrária que se dê ao respeito. Depois de esvaziar o ministério específico, tornando-o um cabide de empregos, o Congresso se abepsinha e protesta contra o reconhecimento pelo governo da inutilidade do órgão que deveria executar os planos vetados.

Ná mobilização nacional contra o empreguismo o governo está muito mal posicionado: pisa em ovos. Falemos francamente: não tem nenhuma autoridade para analisar, criticar e decidir sobre iniciativa do Executivo para corrigir alguns exageros notórios, Congresso que se engasga com um quadro de funcionários muitas vezes superior às suas necessidades, abrigo de apaniguados, incentivador de privilégios, generosa fonte de mordomias.

Não apenas o funcionalismo leva-se nas águas das vantagens singulares. Senadores e deputados puxam a fila dos desregimentos.

Está passando a hora do Congresso dar uma parada, mirar-se no espelho e submeter-se a plástica que corte pelancas e retoque sua fachada. Pois, até nesta nossa sofrida cidade, vereadora estreante, dona Regina Gordilho, eleita presidente da Câmara de Vereadores, por cochilo da maioria, muniu-se de esfregão, detergente e empreende faxina em regra. Os casos mais escabrosos pipocam todos os dias do monturo da *Gaiola de Ouro* e o povo não se espanta com a revelação de falcatrúas cabeludíssimas, de fazer corar o mais descarado trâficante do Roçinha, mas esfrega os olhos na incredulidade do inédito espetáculo da apuração, das denúncias das irregularidades em cascata, das primeiras medidas moralizadoras.

E o Congresso, quando começa?

Senadores e deputados melindraram-se com o estouvado comportamento do senador Humberto Lucena, ocupando rede nacional de rádio e TV para convocar parlamentares a que assegurassem *quorum* às sessões do Congresso para votação das medidas provisórias. O senador Humberto Lucena pisou na bola. Compreenda-se, todavia, suas angústias: o prazo a esgotar-se e nada dos senadores e deputados saírem de suas tocas para cumprir dever elementar e para o qual estão regiamente pagos: embolsaram fortuna de ajuda de custas pela convocação extraordinária.

O episódio está superado. Mas a Constituição está aí, reclamando leis complementares que permitam a adequada aplicação dos dispositivos que asseguram avanços sociais. A sucessão bate à porta e, não se fala na atualização da legislação eleitoral às normas constitucionais, disciplinando a novidade da exigência da maioria absoluta e, pois, da possibilidade dos dois turnos.

A Constituição enfeiou o Congresso de poderes e atribuições. Está passando a hora de assumi-los e dar conta do recado.